

Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de Cambuquira, Sul de Minas

Practices of social management of mineral waters: a study in the municipality of Cambuquira, South of Minas Gerais

Valderí de Castro Alcântara¹

José Roberto Pereira²

Kelly Carvalho Vieira³

Resumo: Este estudo teórico-empírico trata das práticas de gestão social das águas minerais de Cambuquira, Minas Gerais, identificadas pelas seguintes categorias: discurso, mundo material, ação e interação, relações sociais e pessoas. Como concepções teóricas assumimos a abordagem habermasiana da gestão social e discussões sobre práticas sociais. Utilizamos as seguintes técnicas qualitativas de pesquisa: observação participante, pesquisa documental e diagnóstico rápido participativo emancipador. As práticas identificadas foram: Sustentabilidade Hídrica, Crenoterapia, Turismo nas Fontes, Uso Doméstico/Comum, Engarraçamento Industrial, Pesquisa-Extensão Acadêmica e Contestação Pública. Os resultados mostram o potencial de articulação em rede dessas práticas na formação de um sistema deliberativo de decisões a partir da visão da gestão social. Todavia, as práticas com características da gestão social (práticas de gestão social) ainda são limitadas por diversos elementos: (a) a separação jurídica entre águas minerais e outras águas, com diferentes arranjos institucionais; (b) a dominialidade das águas minerais ser da União; (c) em Minas Gerais, o arranjo institucional atual coloca as águas minerais sob a égide da CODEMIG e não do IGAM; (d) a CODEMIG tem uma valoração econômica das águas minerais em detrimento da ambiental, cultural e tradicional; e (e) existem assimetrias e conflitos entre diversos atores em torno da questão e os processos são

¹ Doutorando em Administração na Universidade Federal de Lavras. E-mail: valderidecastroalcantara@gmail.com.

² Doutor em Sociologia e professor na Universidade Federal de Lavras. E-mail: jrobertopereira2013@gmail.com.

³ Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Lavras. E-mail: vieiracarvalhokelly@gmail.com.

judicializados.

Palavras-chave: Gestão Social; Águas Minerais; Conflitos; Sociedade Civil.

Abstract: This theoretical-empirical study deals with the social management practices of mineral waters of Cambuquira, Minas Gerais, identified by the following categories: discourse, material world, action and interaction, social relations and people. As theoretical conceptions we take Habermas approach to social management and discussions about social practices. We use the following qualitative research techniques: participant observation, documented research and rapid participatory emancipatory diagnosis. The practices identified were: Water Sustainability, Crenotherapy, Tourism in Sources, Domestic / Common Use, Industrial Bottling, Research-Extension Academic and Public Contest. The results show the potential of networking these practices in the formation of a deliberative system of decisions based on the vision of social management. However, practices with characteristics of social management (social management practices) are still limited by several elements: (a) legal separation between mineral waters and other waters, with different institutional arrangements; (b) the dominance of mineral waters shall be of the Union; (c) in Minas Gerais, the current institutional arrangement places the mineral waters under the aegis of CODEMIG and not IGAM; (d) CODEMIG has an economic valuation of mineral waters over environmental, cultural and traditional; and (e) there are asymmetries and conflicts between different actors around the issue and the processes are judicialized.

Key Words: Social Management; Mineral Waters; Conflicts; Civil society.

1. Introdução

No Brasil as águas minerais são, do ponto de vista jurídico-institucional, consideradas recursos minerais (minério) e não bens comuns ou recursos hídricos de domínio público. Isso denota desequilíbrios e assimetrias em relação às demais águas. Nesse contexto, as águas minerais são exploradas, engarrafadas e comercializadas no mercado de águas envasadas. Em contraposição, ativistas, organizações da sociedade civil e acadêmicos defendem que as águas minerais devem ser consideradas bem comum e direito humano e que, portanto, não podem ser exploradas comercialmente no atual arranjo marcadamente insustentável (Guimarães, 2009; Portugal Júnior; Reydon; Portugal, 2015).

Nos movimentos contrários, surgem demandas por mudanças institucionais para que as águas minerais “[...] passem a ser fiscalizadas e normatizadas por meio de instrumentos mais recentes e descentralizados através de uma ampla

participação dos agentes e organizações da sociedade” (Portugal Júnior; Reydon; Portugal, 2015, p. 72). Por isso, autores defendem que as águas minerais deixem de ser minério e passem a ser recurso hídrico, conjuntamente com alimento (Guimarães, 2009; Portugal Júnior; Reydon; Portugal, 2015). Esse processo faria com que a mesma não fosse vista predominantemente como um recurso econômico, mas social, ambiental e de domínio público.

O atual arranjo institucional, as tradições locais, o crescente mercado de águas envasadas, as organizações da sociedade civil e controvérsias em torno de diferentes usos contribuíram para que práticas de gestão das águas minerais fossem historicamente construídas. Nos municípios do Circuito das Águas de Minas Gerais esta questão se torna marcante e, desde o final da década de 1990, diferentes conflitos emergiram em torno das águas minerais e das suas práticas de gestão. Apesar de estudos anteriores que tratam destas questões, as práticas de gestão das águas minerais ainda não foram descritas e compreendidas. Assim, por meio de um estudo teórico-empírico no município de Cambuquira, Minas Gerais, objetivamos compreender como foram constituídas e articuladas práticas de gestão social das águas minerais.

Para identificar as práticas utilizamos das discussões sobre os momentos das práticas sociais (discurso, mundo material, ação e interação, relações sociais e pessoas) de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Adotamos essa perspectiva das práticas para entender como elas se reproduzem de forma situada em ações, representações e identidades de diferentes atores. Como concepções teóricas discutimos gestão social (na abordagem habermasiana) e práticas sociais na concepção de Chouliaraki e Fairclough (1999).

2. Práticas e gestão social

2.1. Abordagem Habermasiana da Gestão social

No Brasil, a gestão social constitui um campo interdisciplinar recente. Dentre as quatro abordagens identificadas (Peres Júnior; Pereira, 2014) no campo da gestão social, (frankfurteana, gestão do desenvolvimento social

interorganizacional, puquiana e administração pública societal), adotaremos a frankfurteana ou, melhor, habermasiana (Cruz, 2017). O contexto teórico dos estudos em gestão social é marcado pela busca de formas alternativas e mais democráticas de gestão e de conhecimentos sobre a gestão, os quais deveriam ser construídos e guiados pela lógica da sociedade e não pela lógica do mercado, assim como voltados para demandas dos atores sociais, considerando a participação social e a deliberação pública (Alcântara, 2015).

Ao propor um conceito inicial, Tenório (1998; 2005) contrapõe gestão social e gestão estratégica. A primeira fundamentada no que Habermas denomina de ação comunicativa e a segunda na ação estratégica. Dessa forma, “a *gestão social* contrapõe-se à *gestão estratégica* na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (Tenório, 1998, p. 16). Na gestão estratégica o determinante é o mercado e sua visão de competição e lucro. Outra definição complementar é a gestão social como “processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação” (Tenório, 2005, p. 102).

Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697) apresentam algumas características ou elementos que constituem pré-requisitos da gestão social: “[...] tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”. Por isso, como síntese, para Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 17) a gestão social é uma “[...] ação gerencial dialógica própria da sociedade, do interesse público não estatal e voltado para o bem comum”.

No que tange as práticas de gestão social para identificá-las é preciso seguir a existência de “[...] processos deliberativos de caráter público que circulam no âmbito das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema” (Alcântara; Pereira, 2017, p. 2). Isto é, práticas de gestão social se articulam em processos deliberativos a partir, principalmente, de um conjunto de ações gerenciais

dialógicas engendradas pela sociedade civil por meio de formas de conversações cotidianas que influenciam as decisões políticas.

3. Práticas sociais e discurso

Chouliaraki e Fairclough(1999) buscam entender a relação do discurso com outras práticas sociais: o discurso como um momento da prática. A partir disso apresentam uma visão da constituição das práticas e da sociedade.

A sociedade é formada por práticas sociais (com seus momentos e redes) que se ligam por internalização e articulação com práticas culturais, econômicas, políticas e outras (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) as práticas “constituem um ponto de conexão entre estruturas abstratas e seus mecanismos, e eventos concretos – entre a sociedade e as pessoas vivendo suas vidas”. Sendo assim, uma prática social envolve formas locais e relacionamentos – tipos particulares de atividades relacionadas a materiais localizados no tempo e espaço, relações entre pessoas com experiências e conhecimento próprios, bem como recursos semióticos e meios de se utilizar a linguagem – de forma habitual e histórica (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Os momentos da prática social são para Chouliaraki e Fairclough (1999) discurso (e semiose), atividade material, relações sociais (relações de poder e luta hegemônica) e fenômeno mental (crenças, valores e desejos). Posteriormente, Fairclough (2003) apresenta cinco momentos das práticas sociais: ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias), mundo material (atividade material), discurso (e semiose). Estes cinco momentos serão os utilizados neste artigo para a identificação das práticas de gestão social das águas minerais. A partir da noção de articulação se entende também que cada momento de uma prática seja formado por elementos em uma articulação interna (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

É preciso considerar que as práticas se transformam por meio de articulações: “A articulação entre os momentos da prática assegura” uma “relativa permanência de articulações dos elementos sociais [...]” (Resende; Ramalho, 2004,

p. 194). Lembrando que essa permanência de “visões de mundo” (moral, política, natural, intelectual, dentre outras) que se estabelece como dado são sempre instáveis e não permanentes.

A relativa permanência e mudança nas relações de poder abrem, então, para a mudança social, pois é sempre pautada pela articulação e rearticulação. As articulações (externas) formam redes de práticas que constituem momento essencial do nosso estudo. Dessa forma, “as redes de práticas são sustentadas por relações sociais de poder, e as articulações entre práticas estão ligadas a lutas hegemônicas” (Resende; Ramalho, 2004, p. 196). Portanto, “permanências de articulações entre práticas são compreendidas como efeito de poder sobre redes de práticas, e tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas hegemônicas” (Resende; Ramalho, 2004, p. 196).

Argumentamos que as práticas de gestão social são articuladas pelo “poder comunicativo” que resulta da “[...] geração informal da opinião [e] desemboca em decisões eleitorais institucionalizadas e em decisões legislativas por meio das quais o poder gerado comunicativamente se transforma em poder passível de ser empregado em termos administrativos” (Habermas, 1995, p. 48). E que, também, é o poder da sociedade civil “questionar por meio de atos de resistência, manifestações e protestos” (Alcântara; Pereira, 2017, p. 417). Assim, das noções de gestão social, de gestão estratégica e de práticas sociais, argumentamos que as redes de práticas de gestão estratégica são articuladas por meio do poder econômico, burocrático e político-administrativo e, por sua vez, as redes de práticas de gestão social são articuladas por meio do poder comunicativo.

4. Metodologia de pesquisa

Nossa abordagem é qualitativa pelo entendimento de que por meio das práticas é possível investigar significados, ações e transformações históricas. O trabalho de campo foi realizado principalmente por quatro pesquisadores no município de Cambuquira, Minas Gerais, que faz parte do Circuito das Águas. Utilizamos para a coleta de dados as seguintes técnicas: observação participante;

pesquisa documental e diagnóstico rápido participativo emancipador.

Na observação participante foi direcionada atenção às práticas históricas de gestão das águas, especificamente, no que tange aos aspectos materiais (fontes, consumo e coleta da água mineral, estrutura física, situações dos hotéis, vegetação em volta das fontes, estrutura de captação e coleta das águas minerais, e organização e limpeza das fontes). Foram observadas também ações, relações sociais, representações e atitudes dos diferentes atores envolvidos na gestão das águas minerais, especialmente, da sociedade civil, do Poder Público local e da comunidade.

Na pesquisa documental foram analisados relatórios de gestão, publicações institucionais, legislações, editais da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) visando exploração comercial das águas minerais, além de reportagens em jornais, redes sociais, revistas e páginas da internet, páginas oficiais e materiais audiovisuais disponibilizados pela ONG Nova Cambuquira. Foram analisados ainda textos e imagens publicadas no grupo do *WhatsApp* “Programa Ondas” e “Diário Águas da Fonte” no *Facebook*, vídeos publicados por participantes da sociedade civil, reportagens publicadas em sites de notícias e vídeos das audiências públicas sobre águas minerais.

O diagnóstico rápido participativo emancipador (DRPE) é um método qualitativo e praxiológico de diagnosticar a realidade, fundamentado na crítica coletiva e na mudança cultural, tendo por finalidade, assim como a gestão social, a emancipação (Pereira, 2001). O DRPE foi realizado no período de 16 a 20 de janeiro de 2017 (de segunda-feira à sexta-feira na parte da manhã), com os membros da ONG Nova Cambuquira e algumas pessoas da comunidade local, funcionários da Prefeitura Municipal e outras organizações.

Para compreender as informações levantadas, procuramos: (i) identificar e descrever as práticas de gestão das águas minerais; (ii) identificar as práticas de gestão social; (iii) descrever os momentos das práticas de gestão social e (iv) compreender como se articularam redes de práticas de gestão social em torno das águas minerais.

Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de Cambuquira, Sul de Minas
| Valderi de Castro Alcântara, José Roberto Pereira e Kelly Carvalho Vieira | 35-53

5. Práticas de gestão das águas minerais

No Circuito das Águas de Minas Gerais existem diversos conflitos em torno dos processos de gestão, exploração e preservação das águas minerais, especificamente, por serem consideradas minério e, assim, podem ser exploradas e engarrafadas. Os municípios de São Lourenço, Lambari, Caxambu e Cambuquira são os maiores exemplos desses conflitos (Guimarães, 2009).

Desde o Código de Águas Minerais, Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945, as licenças de exploração das águas minerais são submetidas ao Departamento Nacional de Produção Minerais (DNPM), transformado em 2017 em Agência Nacional de Mineração (ANM). Por sua vez, as demais “águas” estão sob a tutela da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997). Dessa forma, as águas minerais não são recursos hídricos, mas, minério, o que gera consequências institucionais, econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Em Cambuquira, Cruz (2017) encontrou diversos discursos relacionados à água mineral: saúde, *commodity*, bem comum, minério, identidade local, turismo, produto, e outros, que perpassam os interesses privados, públicos e públicos não estatais, conforme a autora organizou (Quadro 1).

QUADRO 1: INTERESSES, ATORES E REPRESENTAÇÕES DAS ÁGUAS MINERAIS.

Interesse	Atores identificados	Discurso
Mercado (Interesse privado)	ABREHIC; Empresa Lambari-Cambuquira-Caxambu; Construtora Wantec; Superágua; Nestlé; Coca-Cola; Arcon Serviços.	Água como <i>commodity</i> , água com produto turístico e água como mercadoria.
Estado (Interesse público estatal)	Hidrominas; Comig; Codeáguas; Codemig.	Água como minério (diretrizes do DNPM e da CODEMIG).
Sociedade civil (Interesse público não estatal)	ONG Nova Cambuquira; Fórum de ONGs do Circuito das Águas do Sul de Minas Gerais (FOCAS).	Água como bem comum, água como saúde, água como turismo e água como bem cultural.
Interesse público não estatal	Ministério Público.	Água como bem difuso.

Fonte: Adaptado de Cruz (2017, p. 149)

Nesse contexto, Queiroz (2011, p. 144) coloca que o reconhecimento do Circuito das Águas “como patrimônio da humanidade, pela importância de suas águas e pela singularidade mundial da localidade por possuir suas fontes diferenciadas, levaria a um processo de preservação”. Esse reconhecimento é um dos elementos das lutas existentes no Circuito das Águas e depende do significado socialmente construído em torno das águas minerais (Queiroz, 2011).

E este reconhecimento é um dos significados que os agentes das mobilizações sociais defendem em disputa à mercantilização da água. Em um jogo do campo, em particular o caso do Circuito, pois a água mineral é para o turismo, para a localidade, para a singularidade do local, para a saúde ou é para a industrialização, para a exportação? São significados que estão em disputa pelos agentes do campo. (Queiroz, 2011, p. 144).

Nessa pesquisa entendemos que os significados das águas são reproduzidos nas práticas de gestão. Assim, avançando nos estudos identificamos diferentes práticas de gestão das águas minerais: Sustentabilidade Hídrica, Crenoterapia, Turismo nas Fontes, Uso Doméstico/Comum, Engarrafamento Industrial, Pesquisa-Extensão Acadêmica e Contestação Pública. Essas práticas se formaram historicamente nas relações entre diferentes ações, atores e interesses em torno das águas minerais, bem como, os diversos entendimentos das mesmas como bem econômico, mercadoria, bem cultural, direito humano, medicamento, etc. Essas práticas revelam também hibridismos e tensões na gestão das águas minerais.

QUADRO 2: DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DAS ÁGUAS MINERAIS

Prática	Descrição
Sustentabilidade Hídrica	Refere-se ao conjunto de ações e outros momentos que defendem que as águas minerais precisam ser preservadas e protegidas de outras práticas como o engarrafamento que pode levar a exaustão. Assim, a água mineral é considerada bem comum, bem cultural e bem natural. Nessa prática se engaja os membros da ONG Nova Cambuquira que atuam em prol da preservação e proteção ambiental, e, especialmente, das águas minerais.
Prática da Crenoterapia	Compartilha o entendimento de que as águas minerais possuem “efeitos” curativos medicinais. Dessa forma, carrega significados relacionados as tradições da região sobre tratamentos crenoterápicos. Em seus momentos discursivos as águas minerais são “milagrosas”, “saúde”, “curativas” e, além de alimentos, são medicamentosos.
Prática do Turismo nas Fontes	Compartilha o entendimento de que as águas minerais fomentaram, historicamente, o turismo no município e construções como balneário e Parque das Águas. As águas minerais representam bens culturais, produtos turísticos e atraem emprego e renda.
Prática do Uso Doméstico/Comum	Refere-se ao uso, principalmente, doméstico e gratuito das águas minerais pelos moradores do município. Compartilha o entendimento de que as águas minerais devem ser de acesso gratuito a todos os moradores. As águas minerais são bens naturais, direito de todos e alimento de consumo comum.
Prática do Engarrafamento Industrial	Refere-se aos processos de exploração, armazenamento, engarrafamento e distribuição das águas minerais para comercialização. Tem como produto direto (atividade material) a produção de água envasada e compartilha o entendimento de que as águas minerais são bens minerais. Reproduz as representações das águas minerais como produtos, mercadoria e minério. Ela é normatizada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
Prática da Pesquisa-Extensão Acadêmica	Refere-se ao conjunto de estudos realizados em torno da questão das águas minerais no Circuito das Águas de Minas Gerais. Essas pesquisas têm os conflitos envolvendo uso, exploração e gestão das águas minerais como foco e se desenvolvem nas relações entre universidades, pesquisadores, moradores locais, membros de ONGs e outras organizações. Representa as águas como uma entidade múltipla, marcada por diferentes valores, perspectivas, interesses e usos múltiplos.
Prática da Contestação Pública	Refere-se ao conjunto de ações engendradas com objetivo de influenciar decisões políticas relacionadas às águas minerais, onde se engajam ativistas de organizações da sociedade civil, comunidade local, pesquisadores, Ministério Público, dentre outros. Essa prática representa as águas minerais como bem de interesse público, bem difuso e bem comum, e se forma em ações de protestos, abaixo-assinados, debates públicos e Ação Civil Pública.

Fonte: Elaborado pelos autores

A partir da descrição dessas sete práticas buscamos identificar quais delas podem ser consideradas práticas de gestão social, ou de outra forma, possuem no seu momento da ação e interação, a ação gerencial dialógica conforme delineada por Tenório (1998; 2005), o que é mostrado na seção seguinte.

6. Práticas de gestão social, momentos e redes

A partir da discussão de gestão social delimitamos seis elementos como critérios para identificar as práticas de gestão social: os processos de decisão em torno dos usos e gestão das águas minerais devem considerar os argumentos de todos os envolvidos; a água não se limita a sua natureza ambiental, técnica ou econômica, mas se apresenta como uma questão cultural, social e política; reproduzir, em algum grau, a visão que a água é um bem comum e de interesse público; na perspectiva da gestão social as águas devem ser geridas em arranjos com a participação efetiva da sociedade civil; os processos de participação em torno das águas minerais devem ser pautados pela dialogicidade entre os atores; e, além disso, a prática na visão de mundo da gestão social deve ter “como seu determinante a sociedade” (Cançado; Tenório, Pereira, 2011, p. 698).

Por meio desses critérios identificamos que a maioria das práticas sociais articula características da gestão social, seja em menor ou maior grau. Apenas a prática do Engarrafamento Industrial é que reproduz, marcadamente, as características da gestão estratégica conforme definidas por Tenório (1998; 2005). A partir do trabalho de Nunes, Limena e Borelli (1999), Ninis e Drummond (2008, p. 151) colocam os efeitos disso:

[...] as estâncias hidrominerais têm sofrido diversos impactos negativos causados pela intensificação da exploração de suas águas, tais como: 1) perda das suas características diferenciais; 2) perda de seus papéis como referência cultural das identidades locais; 3) prejuízos para as atividades turísticas; 4) prejuízos para outras atividades econômicas, tais como as pequenas indústrias e empreendimentos do setor de comércio e de serviços, que giram em torno da água mineral e do turismo; e 5) enfraquecimento das relações comunitárias, especialmente nas cidades em que o peso relativo das empresas engarrafadoras é grande.

A prática que mais apresentou características da gestão social foi a da Contestação Pública, pois contém elementos da visão deliberacionista das teorias da gestão social (Alcântara, 2015). Nessa prática os autores sociais que se engajam, atualmente, lutam para que as águas minerais não sejam exploradas

comercialmente. Quando a CODEMIG lançou o processo licitatório mais recente (novembro de 2017) para seleção de parceiro privado para exploração do negócio de águas minerais em Caxambu e Cambuquira, organizações da sociedade civil (ONG Nova Cambuquira, Associação Caxambu Mais e Sociedade Amigos do Parque das Águas – AMPARA) entraram com Ação Civil Pública que pedia, entre outros itens, a suspensão do processo licitatório 07/2017. A reação da ONG Nova Cambuquira ao edital pode ser vistana postagem abaixo (30 de novembro de 2017):

Mas é isso gente! Nós trabalhando voluntariamente pela nossa cidade, nossa mata e nossas águas e o Governo do Estado através da Codemig querendo endinheirar seus cofres às nossas custas! Vejam mais uma vez o absurdo deles querendo privatizar nossas águas!”(ONG Nova Cambuquira, 2017).

A prática da Sustentabilidade Hídrica apresenta diversas características da gestão social, especialmente, o engajamento da sociedade civil em prol de um bem público e a visão não utilitarista das águas. A proposta do Programa Ondas criado pela ONG Nova Cambuquira em parceria com outras organizações da sociedade civil, universidades e Ministério Público apresenta o entendimento da Sustentabilidade Hídrica (das águas minerais).

Esse recurso, a água, depende do solo, do subsolo, do entorno e por isso, todos estes elementos devem estar intactos e preservados. É preciso um Plano de Proteção do meio ambiente para esse recurso. O Parque das Águas, suas fontes, seu entorno, devem ter a área protegida, e, inclusive, de forma mais ampla, considerando toda a Bacia hidrográfica. Visamos desenvolver uma estratégia de sustentabilidade para a proteção dos mananciais e do meio ambiente como um todo, através, inclusive, do trabalho em conjunto com os produtores rurais, que também compreendem a vocação destes municípios. (Programa Ondas, 2017, p. 03).

A prática da Crenoterapia e a prática do Uso Doméstico/Comum também apresentam características da gestão social. Essas práticas expressam

significados das águas minerais como bens culturais, valorizam as tradições locais e o seu uso aberto à comunidade.

Além disto, como bem público, a água mineral não é um recurso hídrico como os outros, tendo, portanto, como finalidade mais nobre, o seu uso para o tratamento da saúde. A água mineral apresenta fins terapêuticos. [...]. O uso das águas minerais no termalismo e na crenoterapia social apresenta-se como uma boa alternativa para a promoção a saúde e prevenção das doenças. (Programa Ondas, 2017, p. 01).

A prática do Turismo na Fonte se apresenta como uma prática híbrida e com tensões internas: por um lado, valoriza as águas minerais para além da visão econômica como bem cultural e patrimônio, mas, por outro lado, é também econômica e pautada pela racionalidade estratégica (Tenório, 2005). Portanto, essa prática apresenta tanto características da gestão estratégica quanto da gestão social, expressando potenciais conflitos de interesses, tais como entre um turismo ecológico e o turismo pautado apenas em fins de lazer sem ponderar os impactos ambientais.

Por isso, atores da ONG Nova Cambuquira defendem a prática do turismo a partir da ótica do ecoturismo, propondo desenvolver um “roteiro ecoturístico da peregrinação, com turismos de experiência, trilhas e aventuras” (Programa Ondas, 2017, p. 02). Cita como ações: “[...] potencializar símbolos e criar um memorial das águas, que provocará mudanças e transformações locais, bem como fornecerá ao turista a experiência dessa emoção sobre os valores relacionados à sustentabilidade” (Programa Ondas, 2017, p. 02). Nesse sentido, afirmam que o turismo deve ser sustentável e focado em uma dimensão simbólica da peregrinação:

Sabendo que o turismo se difere da peregrinação, já que o primeiro traz consigo a noção de extração (consumir e usufruir), enquanto o segundo, a do caminhar, pegar água e agradecer a Terra por isso (ideia de troca), e levando em consideração a tendência mundial da retomada do natural, propõe-se a elaboração de projetos voltados para o ecoturismo, focado na

criação de roteiros, visando a exploração do turismo de aventura, tais como: arvorismo, canoagem, *rafting*, tirolesa, rapeli, vôo livre, trilhas locais para caminhada (*trekking*), trilhas intermunicipais para ciclismo, objetivando a interação do circuito das águas com a criação de campeonatos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, etc. (Programa Ondas, 2017, p. 03).

A prática do Uso Doméstico/Comum também apresenta alguns elementos de hibridismo quando, por exemplo, moradores pegam a água e a revende para outros que não querem ou não podem ir às fontes. Finalmente, a prática da Pesquisa-Extensão Acadêmica está a ser resignificada atualmente a partir da interação das universidades com os atores da ONG Nova Cambuquira, principalmente. A descrição dessa prática é coerente com nossa perspectiva já que a produção de conhecimento teórico-empírico é, por si só, uma prática (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

De forma geral, identificamos que as pessoas que se engajam nas práticas de gestão social são, principalmente, ativistas e membros de organizações da sociedade civil (ONG Nova Cambuquira, AMPARA e outras), moradores locais e membros do Ministério Público. Porém, encontramos também o engajamento de vereadores e outros atores do Poder Público local. Como exemplo, a postagem da ONG Nova Cambuquira (17 de fevereiro de 2018):

Guardiões das Águas, boas notícias! Em atitude inédita, a Câmara Municipal de Caxambu, através do seu Presidente e Guardiã das Águas, [...]aderiu formalmente, na condição de “amicuscuriae”, à ação em defesa dos povos das águas da Mantiqueira, que corre na Subseção Judiciária de Varginha, Justiça Federal. Com a aderência oficial da Câmara de Caxambu como guardiã das águas minerais, ela enfrentará essa batalha ao lado das ONGs Nova Cambuquira, Caxambu Mais e Ampara! Lembrando que quem ficar de fora, vai ser atropelado pelo bonde da história! Esperamos sinceramente que a atitude do Sr.[...] sirva de exemplo e inspiração para os outros órgãos públicos locais, que devem, o quanto antes, manifestar o apoio formal e legal às organizações sociais defensoras da água nessa licitação que já coleciona em seu

desfavor irregularidades administrativas, legais e judiciais! (ONG Nova Cambuquira, 2018).

Cabe destacar que essa participação do Poder Público local ocorre mais em Caxambu, já que em Cambuquira a participação ainda é muito precária na questão das águas minerais.

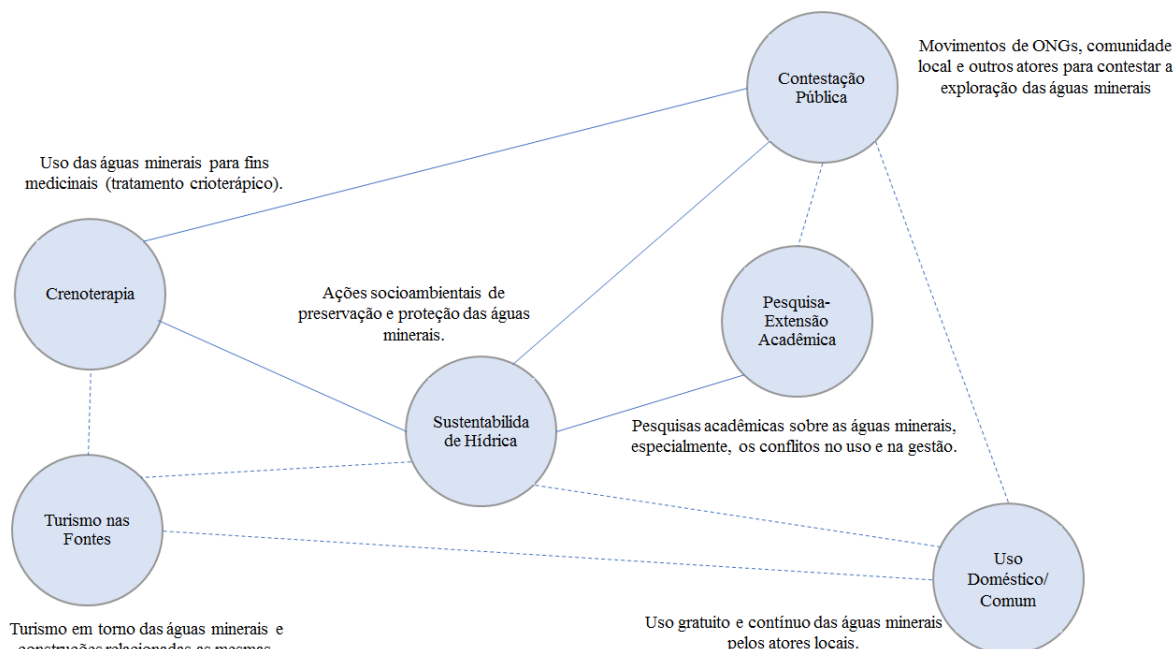
No que se referem ao mundo material as práticas listadas se mobilizam em torno das águas minerais (em sua materialidade) e em relações simbólicas com representações das águas como bem comum, saúde, medicamento, bem cultural que constroem identidades: “os povos das águas”, “os guardiões das águas” e “a água somos nós”. Outros discursos mobilizados foram: “Água é vida, é saúde, é um direito humano e bem público, e não para enriquecer o bolso de poucos!”, “água é vida e não mercadoria!!!”, “nosso maior patrimônio, nosso bem mais precioso” e “bem tão precioso e raro na natureza que tem valor, além de gastronômico, cultural e também terapêutico”. Dessa forma, a ONG Nova Cambuquira se mobilizou para que Cambuquira se tornasse uma “Cidade Azul” em 2014. A questão foi noticiada no jornal local:

Cambuquira será a primeira “Blue Community” da América do Sul, se unindo ao movimento mundial que postula o acesso à água como um bem humano universal, com qualidade e fácil acesso. A nomeação é uma criação do *Council of Canadians*, movimento social canadense criado na década de 80 por, entre outros, MAUDE BARLOW, ativista e escritora de fama global por sua luta em prol de causas sociais no seu país e, agora, internacionais. A “diplomação” acontece no próximo dia 7 de junho, sábado, durante o 1º Fórum Nossa Água, quando esta e outras questões serão apresentadas e debatidas. (Britto, 2014, p. 1).

Finalmente, este estudo mostra que por meio de articulação houve a formação de redes de práticas de gestão social, que se colocou em posição conflituosa com a prática do Engarrafamento Industrial. Na Figura 1 apresentamos as articulações das práticas que formam uma rede de práticas de gestão social – ainda em construção. Destacamos que a prática da Sustentabilidade Hídrica ocupa papel central nesta rede.

Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de Cambuquira, Sul de Minas
| Valderí de Castro Alcântara, José Roberto Pereira e Kelly Carvalho Vieira | 35-53

FIGURA 1: REDE DE PRÁTICAS DE GESTÃO SOCIAL



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observamos pelo traço pontilhado que atualmente as articulações mais fracas ocorrem entre Crenoterapia e Turismo nas Fontes, Turismo nas Fontes e Sustentabilidade Hídrica, Uso Doméstico/Comum com Turismo nas Fontes e também com Sustentabilidade Hídrica, entre outras. Do ponto de vista da gestão social a rede apresentada necessita de mais articulação (para formar um sistema deliberativo) pelos motivos que veremos nas considerações finais.

Assim, neste artigo, identificamos e descrevemos algumas das práticas de gestão das águas minerais, as práticas de gestão social, seus momentos e apresentamos as redes em torno das águas minerais.

7. Considerações finais

Identificamos e analisamos sete práticas de gestão das águas minerais, algumas transformações em seus elementos e momentos. Consideramos que os resultados dessa pesquisa mostram o potencial de articulação em rede dessas

práticas na formação de um sistema deliberativo de decisões a partir da visão da gestão social. Consideramos que os resultados apresentados possuem também potencial para compreender a formação de uma esfera pública em torno da água mineral, a qual pode ser fortalecida ao longo do tempo no sentido de ser capaz de influenciar importantes decisões políticas locais, regionais e de carácter nacional.

Segundo Cruz (2017, p. 145) “a gestão social da água mineral ganha relevância ao ser elucidada para o próprio público envolvido no sentido da transformação social por meio da ação comunicativa”, e, também “contribui para a formação de uma agenda propositiva de ação e para a formação de uma consciência crítica ainda mais ampla em torno deste tema”. Todavia, as práticas com características da gestão social (práticas de gestão social) são limitadas por diversos elementos: (a) a separação jurídica entre águas minerais e outras águas; (b) a dominialidade das águas minerais ser da União; (c) Em Minas Gerais, o arranjo institucional atual coloca as águas minerais sob a égide da CODEMIG e não do IGAM; (d) a CODEMIG tem uma valoração econômica das águas minerais em detrimento da ambiental, cultural e tradicional; e (e) existem assimetrias e conflitos entre diversos atores em torno da questão e os processos são judicializados.

A partir desses resultados podemos sugerir uma possível agenda de pesquisa: (a) realizar estudos teórico-empíricos sobre as possibilidades de se formar um sistema deliberativo em meio as assimetrias e conflitos diversos; (b) compreender como se relacionam as práticas sociais identificadas e o contexto institucional de gestão das águas minerais no Brasil; (c) problematizar como rearticular as práticas tendo em vista transformações sociais; e (d) compreender os hibridismos e as tensões entre as diferentes práticas de gestão identificadas. Por fim, a questão mais relevante que surge deste artigo é: ontologicamente a gestão social se constitui de uma prática específica (prática da gestão social) ou de características de diferentes práticas (práticas de gestão social)? Este artigo seguiu a segunda alternativa, em outros, pretendemos seguir a primeira.

Referências

- ALCÂNTARA, Valderí de Castro. *Mundo-da-vida e sistema: o locus da gestão social sob a abordagem habermasiana*. 2015. 421 p. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.
- ALCÂNTARA, Valderí de Castro.; PEREIRA, Jose Roberto. O locus da gestão social no contexto das interrelações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). *Organizações & Sociedade*, v. 24, n. 82, p. 412-431, 2017.
- BRITTO, Sylvio Ambientalista canadense vem ao “1º Fórum Nossa Água” e inaugura “Blue Community” em Cambuquira. *Encontro - O Jornal de Cambuquira, Cambuquira*, Edição 553, 2014.
- CANÇADO Airton Cardoso; PEREIRA, Jose Roberto.; TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Gestão Social: epistemologia de um paradigma*. Curitiba: CRV, 2013.
- CANÇADO, Airton Cardoso.; TENÓRIO, Fernando Guilherme.; PEREIRA, Jose Roberto . Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, p. 681-703, 2011.
- CHOULIARAKI, Lilie.; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh University Press, 1999.
- CRUZ, Elaine Santos Teixeira. *Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais*. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.
- GUIMARÃES, Bergson Cardoso. *Direitos coletivos ambientais e a exploração (in)sustentável das águas minerais*. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2009.
- HABERMAS, Junger. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HABERMAS, Junger. Três modelos normativos de democracia. *Lua nova*, v. 36, p. 39-53, 1995.
- NINIS, Alessandra Bortoni, DRUMMOND, Jose Augusto Leitao. Áreas (des)protegidas do Brasil: As estâncias hidrominerais. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 11, n.1, p. 149-166, 2008.

ONG NOVA CAMBUQUIRA. *Guardiões das Águas, boas notícias!* 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/novacambuquira>>. Acesso 5 de mar. de 2018.

ONG NOVA CAMBUQUIRA. *Mas é isso gente.* 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/novacambuquira/posts/>>. Acesso 5 de mar. de 2018.

PEREIRA, Jose Roberto. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, v. 3, n. 2, p. 03-11, 2001.

PERES JÚNIOR, Miguel Ribeira.; PEREIRA, Jose Roberto. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 12, p. 221-236, 2014.

PORTUGAL JÚNIOR, Pedro dos Santos ; REYDON, Bastiaan Philip; PORTUGAL, Nilton dos Santos. As águas minerais no Brasil: uma análise do mercado e da institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável. *Revista Ambiente & Água*, v. 10, n. 2, p. 413-430, 2015.

PROGRAMA ONDAS. Carta de Intenções - Programa Ondas Circuito das Águas de Minas Gerais. 2017.

QUEIROZ, Josiane Teresinha Matos de. *O campo das águas envasadas: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade da águas e percepções.* Tese de Doutorado (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo.; RAMALHO, Viviane C. *Vieira Sebba*, Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em Discurso*, v. 5, n. 1, p. 185-207, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)Visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

Recebido em: 01/05/2018
Aprovado em: 18/06/2018
<https://doi.org/10.31990/agenda.2018.3.2>